

**“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS- CeDI”**

**LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.**

REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

.....

**CAPÍTULO XV  
DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO**

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;
  - II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
  - III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
  - IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- .....  
.....